



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
CURSO DE PEDAGOGIA

DAVID RODRIGUES DE PAULA

REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA NA ESCOLA A PARTIR DE ELEMENTOS
DA TEORIA FOUCAULTIANA

FORTALEZA

2018

DAVID RODRIGUES DE PAULA

REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA NA ESCOLA A PARTIR DE ELEMENTOS DA
TEORIA FOUCAULTIANA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ronaldo de Sousa Almeida.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D32r de Paula, David.
Reflexões sobre a indisciplina na escola a partir de elementos da teoria foucaultiana / David de Paula. –
2018.
49 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida.

1. Disciplina. 2. Indisciplina Escolar. 3. Escola. 4. Poder Disciplinar. I. Título.

CDD 370

DAVID RODRIGUES DE PAULA

REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA NA ESCOLA A PARTIR DE ELEMENTOS DA
TEORIA FOUCAULTIANA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 26/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Francisca Maurilene do Carmo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Ingrid Louback de Castro Moura
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Antônia e Kerginaldo, meu irmão, Daniel, minha namorada, Danielle e todos os meus alunos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me mostrar o caminho certo a seguir e por seu meu alicerce nesse desafio.

Ao meu orientador, Prof. Ronaldo de Sousa Almeida, por toda a sua inteira disposição, por todos os momentos de paciência, incentivo e dedicação, não apenas neste trabalho, mas também em minha formação como pedagogo de modo geral.

Aos professores participantes da Banca Examinadora pelo tempo destinado à essa avaliação e pelo apoio prestado.

A toda a coordenação do curso de Pedagogia da UFC.

A minha mãe, Antônia Ribeiro, exemplo de força e coragem, que sempre me colocou em condições favoráveis para a realização deste trabalho.

Ao meu pai, José Kerginaldo, que sempre exigiu de mim o melhor que eu pudesse ser.

Ao meu irmão, Daniel Rodrigues, pelo incentivo, pelo exemplo de pessoa, de caráter e de dedicação em tudo o que faz.

A minha namorada, Danielle Teixeira, pelo exemplo de professora que é, por todo o apoio prestado durante o trabalho e por suas contribuições que foram de extrema importância.

Aos amigos de curso Andreza Soares, Carlos Henrique e Gisely Kardenny pelas contribuições e por me acompanharem a cada momento dessa jornada.

Aos colegas de curso por toda a contribuição feita com seus conhecimentos e parcerias.

A todos aqueles me deram o privilégio de serem meus alunos, por me permitirem sempre refletir sobre o ambiente da escola e observá-la de diferentes perspectivas.

Essa conquista é de cada um de vocês!

“Dois perigos mortais ameaçam a humanidade:
a ordem e a desordem”. (Paul Valéry)

RESUMO

Este trabalho discute a indisciplina nas instituições escolares com base na perspectiva de Michel Foucault a respeito da disciplina. Para isso, realizamos uma pesquisa que reuniu alguns dos principais elementos da teoria foucaultiana para a compreensão do tema proposto, como por exemplo: o conceito de poder, especificamente o poder disciplinar; os dispositivos de controle; e a análise feita pelo autor a respeito do panóptico de Bentham; descritos principalmente em sua obra *Vigiar e Punir* (2013). A pesquisa, de caráter teórico-bibliográfico, explora de que maneira a disciplina veio se configurando historicamente como um dispositivo de controle, não apenas nas escolas, mas em toda a sociedade, tornando-se a escola uma das principais instituições disciplinares da Era Moderna. Este trabalho também propõe uma análise sobre a forma como a escola tem lidado atualmente com as questões relativas a disciplina/indisciplina, bem como se há alternativas para lidar com esta questão que não sejam unicamente autoritárias, com vistas a docilização dos corpos. As referências teóricas utilizadas para a fundamentação do trabalho foram centradas principalmente na obra de: Foucault (2013), “*Vigiar e punir*”; e em comentadores da questão no Brasil, a exemplo de Aquino (2003, 1996) nos livros “*O contraponto das escolas democráticas*” e “*Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*”, bem como vários outros livros e artigos. Concluiu-se que a escola ainda resguarda alguns dispositivos de controle em sua organização estrutural, pedagógica e política. Todavia, ela pode/deve construir, através de esforços conjuntos de professores e alunos, um ambiente que propicie oportunidades de participação mais efetiva dos estudantes na sua organização. Além disso, a escola precisa cultivar e manter processualmente um clima pedagógico participativo que possibilite a inibição das formas de indisciplina e a construção de um ambiente positivamente afetivo e de pertencimento para toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Disciplina, indisciplina escolar, escola, poder disciplinar.

ABSTRACT

This paper discusses indiscipline in school institutions based on Michel Foucault's perspective on discipline. For this, we conducted a research that gathered some of the main elements of the Foucaultian theory to understand the proposed theme, such as: the concept of power, specifically the disciplinary power; control devices; and the author's analysis of Bentham's panopticon; described mainly in his work Vigiar and Punir (2013). The research, of a theoretical-bibliographic nature, explores how the discipline came to be configured historically as a control device, not only in schools but throughout society, becoming the school one of the main disciplinary institutions of the Modern era. This paper also proposes an analysis of how the school has dealt with issues related to discipline / indiscipline, as well as whether there are alternatives to deal with this issue that are not solely authoritarian, with a view to the docilization of bodies. The theoretical references used for the foundation of the work were centered mainly on the work of: Foucault (2013), "Vigiar e punir"; and commentators on the subject in Brazil, such as Aquino (2003, 1996) in the books "The counterpoint of democratic schools" and "Indiscipline in school: theoretical and practical alternatives" as well as several other books and articles. It was concluded that the school still protects some control devices in its structural, pedagogical and political organization. However, it can / should build, through joint efforts of teachers and students, an environment that provides opportunities for more effective student participation in their organization. In addition, the school must cultivate and maintain a participatory pedagogical climate that allows the inhibition of forms of indiscipline and the construction of a positively affectionate and belonging environment for the whole school community.

Keywords: Discipline, school indiscipline, school, disciplinary power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A DISCIPLINA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE E NA ESCOLA	13
2.1 O poder disciplinar	13
2.2 Disciplinarização dos corpos através de mecanismos de controle	19
2.3 Estrutura e organização das instituições de ensino: o panóptico.....	20
3 A INDISCIPLINA, O PODER DISCIPLINAR E A ESCOLA	24
3.1 A escola e a disciplina	24
3.2 Indisciplina e poder	27
3.3 O fracasso da disciplina na escola	29
4 NOVAS PERSPECTIVAS PARA SE PENSAR A INDISCIPLINA.....	32
4.1 As mudanças no modelo atual de escola	32
4.2 Reflexões sobre a indisciplina na escola	35
4.3 Experiências pedagógicas exitosas para o trato da indisciplina na escola	38
5 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico analisa o fenômeno da indisciplina nas instituições escolares a partir de uma perspectiva foucaultiana. É fato que existem interferências sociais externas que contribuem diretamente na forma como a escola se estrutura e na expectativa que ela gera a respeito do comportamento dos estudantes, aspectos que em vários momentos atravessam nossas análises. Todavia, essa pesquisa procurou identificar quais mecanismos disciplinares contribuem para que as instituições escolares exerçam sua prática disciplinar, ou seja, um olhar mais detido para as práticas pedagógicas.

O filósofo francês Michel Foucault (1926 – 1984), em sua vasta obra, especialmente no livro *Vigiar e Punir* (2013), analisa de forma sistemática a disciplina utilizada em diversas instituições objetivando o controle das massas, por meio de mecanismos de controle. Porém, devido à dinamicidade e complexidade da vida humana e do funcionamento das instituições, nem todos aqueles aos quais estes mecanismos são impostos, respondem de maneira homogênea submetendo-se ao controle, o que de certa forma gera o conflito, o não obedecer, ou a quebra das regras impostas.

Além disso, a delinquência, e/ou a indisciplina, podem ser consideradas parte do produto que se extrai de estabelecimentos estritamente disciplinares, cujas regras de comportamento e controle na maioria das vezes não são negociadas. Nesse sentido, tais fenômenos possuem intrínseca relação com a ideia da dominação e de poder, exercidos de maneira arbitrária.

É possível afirmar que a indisciplina é um tema que aflige grande parte da comunidade escolar e que, no imaginário social de educadores e gestores, são atribuídas diferentes causas para esse tipo de comportamento, a saber: alunos advindos de famílias desestruturadas; distúrbio psicológico do aluno; falta de limites nas relações domésticas; crise de identidade típica da transição infância/adolescência; ou até mesmo rebeldia para chamar a atenção dos pais e professores para questões pessoais não elaboradas de forma satisfatória, nem em casa, nem na escola. Que estes aspectos influenciam o comportamento dos alunos, não discordamos. O fato é que raramente a escola faz uma análise acerca do seu papel enquanto ambiente educativo e sobre como poderia ser diferente e mais atrativa, refletindo sobre sua gestão (administrativa e pedagógica) e sobre a prática dos professores.

A investigação para o trabalho se deu através de pesquisa teórico-bibliográfica, baseando-se principalmente na obra “*Vigiar e Punir*” de Michel Foucault (2013), como também utilizará outras obras que contribuem para o tema, como: *Indisciplina: o contraponto das escolas*

democráticas de Julio Aquino (2003); Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas de Júlio Aquino (1996) (org.). A escolha por esta bibliografia se deve por conta da relevância dos autores e sua contribuição em relação ao tema proposto.

A justificativa para a realização deste trabalho parte da crença de que as concepções sobre a indisciplina e a disciplina na escola, quando bem trabalhadas na formação inicial, contribuem para o exercício pedagógico crítico e reflexivo em situações onde a indisciplina é presente. É importante ainda destacar que um dos pressupostos que subsidia nosso debate em relação a educação contemporânea é o fato de que os sujeitos na escola são – ou deveriam ser – participantes ativos na construção da educação e não apenas como aqueles que devem obedecer às regras impostas pelos seus superiores cegamente (professores, coordenação, direção, etc.).

A motivação para realizar esta pesquisa surgiu em meio as experiências vivenciadas em escolas, tanto públicas como particulares, por meio de estágios remunerados no decorrer do curso de Pedagogia no período entre 2014 e 2017. Ao atuar em diferentes tipos de salas de aula de diversas escolas, surgia sempre uma inquietação sobre a forma como a indisciplina era tratada nessas instituições: com a utilização do exercício do poder dos superiores e o aumento do distanciamento entre professores, gestão e os alunos em questão, através da punição. Além desse distanciamento, era notável que as sanções ou práticas punitivas, da forma como eram exercidas, não surtiam efeitos positivos no que se refere à formação dos alunos, cujos resultados eram apenas momentâneos.

Nessas experiências observadas, os alunos comumente obedeciam às regras dos professores somente por medo e por coerção e não porque estas eram construídas e aceitas em comum acordo entre todos. Outro fator que nos chamou a atenção é a forma como a construção das regras era executada. Os estudantes eram orientados a formular regras que efetivassem apenas os seus deveres, deixando de lado o exercício dos direitos.

Na trajetória escolar, em alguns momentos o autor protagonizou, junto a alguns colegas, situações de incivilidade ou transgressão de regras na escola. Cada professor lidava com tais casos de uma forma diferente. Alguns, mais autoritários, devido a sua abordagem, levavam-nos a um distanciamento e uma dificuldade de aproximação, algo mais parecido com medo, do que com um aprendizado acerca da situação. Outros, porém, já encaravam aquelas situações como oportunidades de nos proporcionar momentos de reflexão a respeito de nossas ações, além de promover um aprendizado mais significativo e uma confiança entre professores e alunos.

Ademais, boa parte dos professores argumenta que esta temática tem sido pouco trabalhada nos cursos de graduação em licenciatura. Em minha formação inicial, o assunto era colocado em debate e o diálogo acontecia por meio de relatos de estudantes através apenas de suas vivências em escolas, o que suscitou o interesse pela temática de forma mais embasada, para enriquecimento de nossa prática.

Assim, este trabalho torna-se relevante por permitir reflexões a respeito da forma como a indisciplina é expressa e discutida nas escolas e como esse processo pode ser encarado de diferentes maneiras, dependendo do aparato teórico o qual o professor se utiliza. Desse modo, a pesquisa foi posta adiante, considerando os benefícios que trará para as instituições de ensino e a academia.

Nesse sentido, delimitamos como objetivo geral o seguinte: Analisar como vem se configurando as noções de disciplina nas instituições de ensino com base nos apontamentos da teoria foucaultiana. Para o alcance desse objetivo elegemos como objetivos específicos os seguintes: Analisar de que maneira a disciplina se estrutura na escola ao longo da história; Investigar as causas e efeitos da indisciplina na escola na sociedade contemporânea; Verificar como os professores tem se posicionado frente à indisciplina dos alunos; e Analisar alternativas utilizadas para coibir os atos de incivildades e de indisciplina no contexto escolar.

O trabalho segue estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, trataremos da fundamentação teórica sobre a disciplina e as formas de controle dos corpos, através principalmente das contribuições de Michel Foucault. Em seguida, no segundo capítulo, é disposta a análise de como a indisciplina se manifesta nas instituições escolares. O terceiro e último capítulo analisa alternativas discutidas por autores como possíveis medidas utilizadas para o problema da indisciplina escolar.

Com esta pesquisa, procuraremos repensar nossa prática como professores, nos alicerçando nas obras de alguns autores que enxergam a indisciplina não apenas como um problema em si mesmo, mas que é possível enxergá-la como uma maneira de procurar novas práticas e novos fazeres pedagógicos na escola.

2 A DISCIPLINA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE E NA ESCOLA

A compreensão acerca do poder e das relações que alimentam seu exercício em instituições escolares é de fundamental importância para analisarmos o papel da escola para a construção das noções de disciplina, bem como do fenômeno da própria indisciplina.

Entre estes conceitos, trabalharemos neste capítulo com a ideia do poder disciplinar, a partir da acepção foucaultiana, estratégia utilizada a partir da modernidade para fazer com que as relações de poder passassem a produzir indivíduos dóceis sem a necessidade do suplício público, prática bastante utilizada a partir do século XVI na Europa, para, dentre outras coisas, impor um ordenamento comportamental dos indivíduos na sociedade. Esta passou, segundo Foucault (2013) a ser a principal estratégia de manipulação da era moderna.

Ainda segundo o autor, para que o poder disciplinar fosse posto em prática, as instituições se utilizavam de diversos instrumentos de controle e de coerção, visando moldar os corpos dos indivíduos e implantar maneiras de pensar e agir pertinentes a quem está à frente do controle (FOUCAUT, 2013). Tendo isso em vista, posteriormente investigaremos os papéis dos dispositivos de controle na escola e sociedade em geral.

Por fim, discutiremos um conceito de modelo prisional que Foucault tratou de ampliar para analisar, entre outras, a instituição de ensino: o panóptico de Bentham. Esse modelo projetado na prisão, para um exercício efetivo do poder e da vigilância, aparentemente antiquado, demonstra ainda variações e implicações no modelo de escola atual.

2.1 O poder disciplinar

A concepção de Michel Foucault sobre poder disciplinar está alicerçada em um conceito trabalhado pelo autor em diversas obras e que está presente em grande parte de sua análise sobre a sociedade: o poder. É de fundamental importância compreender esta metodologia de análise foucaultiana para chegarmos ao poder disciplinar de fato.

O poder, em Foucault, é parte constitutiva das relações sociais. Não se encontra apenas, por exemplo, no governante que possui a direção para tomar decisões importantes para a sociedade, mas se encontra também no próprio povo, nas relações entre os pares, na população geral entre si. Guirado (1996) faz a seguinte leitura sobre o poder, baseada na obra do autor:

Poder é verbo, é ação. É relação de forças. Isso significa que poder não é uma coisa, um algo a mais que alguém tem, ou que algum grupo tenha, em detrimento de outro. Poder é relação de forças, isto é, uma dimensão constitutiva de qualquer relação social

ou discursiva. Os parceiros nesse jogo estão em constante movimento de equilíbrio dessas forças. Tanto que o lugar da resistência exerce pressão sempre móvel sobre o lugar de domínio. (GUIRADO, 1996, p. 59).

Portanto, podemos compreender que o poder se estabelece de diversas formas, não se limitando ao exercício das autoridades sobre a população. Se exerce através das ações entre os próprios atores sociais. Não apenas de fora para dentro, nem sequer aplicada através apenas por meio de um grupo que se aproveita da fraqueza de outro, mas é também exercida pelo grupo aparentemente mais fraco, enquanto este possui qualquer tipo de resistência.

Podemos pensar, por exemplo, na relação professor-aluno. Esta relação, à primeira vista, nos faz pensar em um indivíduo que possui total controle do tempo, do espaço, que conhece as normas e possui o controle sobre os alunos em sua sala. Porém, os alunos também possuem possibilidades de fugir, ainda que minimamente, dos padrões a que teoricamente deveriam obedecer e há resistência de sua parte, pois podem não acatar totalmente aquilo que é proposto e podem procurar utilizar sua força, ainda que aparentemente pouca, para não cumprir as ordens. Podemos compreender ainda que o poder envolvido nesta relação, produz a autoridade do professor, pois é a ele que é atribuído um poder, os alunos então “escolhem”, em sua grande parte, obedecer.

A partir desse conceito de Foucault (2013), em que o poder não é uma coisa, ou algo estático, mas se distribui nas relações, podemos mergulhar em outro conceito trabalhado pelo autor: o poder disciplinar. Este tipo de poder se encontra detalhado principalmente na obra *Vigiar e Punir*. Na época clássica, o exercício da punição e do martírio ao corpo, serviam de lição para aqueles que ousassem cometer alguma infração e que, portanto, na visão da época, estivessem ferindo a honra do rei, que detinha o chamado “poder absoluto”. Não bastava apenas aplicar punições ao corpo, mas estas punições deveriam ser apresentadas em praça pública, para que servissem de exemplo para os demais. Interessante notar que o povo legitimava esse tipo de ação, pois fazia parte da estratégia de poder direcionada ali. O poder só pode ser exercido em um conjunto de relações. Mas estas penas aconteciam de forma rápida, com a última consequência sendo a morte. Ou seja, por ferir a honra do rei, o povo legitimava o direito do monarca de tirar a vida de um indivíduo.

Porém, com a chegada da era moderna, essas estratégias de dominação deram lugar à outra principal: a disciplina. Não seria mais interessante apenas a morte rápida e a punição exposta a todos. Estas punições deram vez, nas prisões, à restrição da liberdade. Estava surgindo, então, a maior estratégia de dominação do corpo na modernidade, a disciplina utilizada como controle, coerção e poder:

As disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos e utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu ‘capricho’. Diferentes da vassalagem que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das ‘disciplinas’ de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como principal fim um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Existe uma estruturação, a partir da era moderna, que estabelece como objetivo o controle dos próprios indivíduos sobre seus corpos. Este controle possui como meta o aumento da produtividade e a busca não apenas por corpos inúteis que geram mal-estar social, mas sim que possam contribuir de alguma forma para que a engrenagem social continue funcionando. Para este fim, são utilizadas diferentes estratégias, que mais adiante procuraremos abordar neste trabalho, que visam controlar, coercitivamente, os corpos, produzindo, como citado anteriormente, corpos dóceis. Corpos que sejam de fácil trato e manipulação constante.

Segundo Salztrager (2011, p.34): “Ao invés de punir de modo violento as transgressões, o poder disciplinar focalizaria, antes de tudo, sua prevenção”. Isto é, busca-se o domínio, a restrição, visando coibir um ato infracional dos sujeitos. Podemos concluir que os indivíduos se tornam, aparentemente, em sua grande parte, “previsíveis”, pois estão cercados por toda parte por esta engrenagem. São vigiados a todo momento, sem folga, ainda mesmo que de forma invisível, pois as próprias leis, a própria forma como a sociedade é constituída, opera esse poder disciplinar. Porém, obviamente, essa disciplina nunca se dará de forma plena, levando-se em consideração a subjetividade dos sujeitos.

Foucault (2013) aponta que a atenção dada aos pequenos movimentos, às particularidades de cada comportamento, aos detalhes, para controle e produção dos homens, faz funcionar mais um mecanismo de coerção. Essa rede minuciosa que visa controlar o corpo, o tempo e o espaço dos indivíduos se denomina, segundo o autor, como microfísica do poder.

A coerção não necessariamente se aplica através da força bruta ou de ameaças. Ela se desenvolve, principalmente, de maneira sutil, não dolorosa, dissolvida nas instituições por meio de suas estruturas e das relações sociais. Se desenvolve naturalmente, pois faz parte delas, visando o controle:

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo

nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade, enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. (FOUCAULT, 2013, p. 132- 133).

O poder disciplinar implicado pelo corpo do indivíduo possui duas facetas principais: aquela com a qual o sujeito terá total disponibilidade para executar as tarefas que foram incumbidas, da forma mais eficaz e operante, fazendo com que possua um corpo bem treinado, aumentando suas capacidades produtivas, de acordo com as especificidades e expectativas impostas sobre ele. Porém, procura subverter suas potencialidades apenas para a obediência, fazendo com que se torne um ser submisso aos seus superiores hierárquicos, sugando sua energia, sujeitando-se politicamente em uma estratégia sistemática de dominação através do poder da disciplina sobre o corpo. Foucault (2013) assevera:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticas de obediência). (FOUCAULT, 2013, p. 132).

Essa estratégia de dominação é sistematicamente calculada e formatada para os fins supracitados. No poder disciplinar, não existem características das instituições que sejam postas em vão, pois todas estão interligadas e visando o domínio do indivíduo através dos mínimos detalhes. Na escola (lócus desse estudo) podemos fazer referência a vários mecanismos que se enquadram nessa lógica, a saber: os regimentos escolares, os processos de avaliação, a arquitetura, a postura dos professores, dentre outros. O controle sobre o corpo do outro é fundamental para que a estratégia disciplinar seja executada.

A manifestação da disciplina para moldar os corpos dos indivíduos não surgiu de maneira abrupta e muito menos implantada apenas por um meio. Ela se desenvolveu através de diversas instituições hospitalares, militares e, principalmente, na escola. Inicialmente nos colégios, posteriormente nas escolas primárias. Portanto, podemos inferir que a escola é, historicamente, uma instituição de cunho disciplinar e que se molda desta forma, ou seja, é algo inerente ao seu funcionamento. A própria estruturação desses ambientes acarreta em uma disciplinarização dos indivíduos por eles próprios. Além dos superiores (o professor ou

coordenadores) estarem a todo o momento vigiando os alunos e sua conduta, os próprios alunos fomentam a disciplina entre si, já naturalizando comportamentos tidos como desejáveis.

Qual seria, então, a relação que podemos estabelecer entre o poder disciplinar minuciosamente pesquisado por Foucault, principalmente, através das instituições prisionais, e a indisciplina escolar? A relação está contida justamente no choque que há entre a disciplina e a resistência produzida pela mesma. A disciplina, de certo modo, produz a indisciplina, como comenta Guirado (1996):

A indisciplina faz parte da própria estratégia de poder, é gerada pelos mesmos mecanismos que visam ao seu controle. A 'cola' é exemplo disso: só faz sentido num determinado cenário de avaliação e demonstra que o aluno, de sua posição, é bastante capaz de olhar a direção do olhar do professor e produzir, exatamente na falha desse olhar, o que burla a avaliação. (GUIRADO, 1996, p. 68).

A partir desta análise, podemos compreender que a indisciplina é produzida, ou melhor, é construída, baseada no modelo de estratégia disciplinar que está sendo utilizada em determinado contexto. Existe uma relação de poder que é sistematizada levando em consideração as possibilidades que a própria disciplina, as normas, a estrutura e os agentes geram. Considerando o exemplo da escola: o poder, como não se localiza em apenas um sujeito, mas na relação entre os indivíduos e destes indivíduos com o local, pode ser exercido também pelos próprios alunos em relação ao professor e a instituição escolar.

2.2 Disciplinarização dos corpos através de dispositivos de controle

O poder disciplinar está sustentado a partir de estratégias montadas por meio de instrumentos de controle, que buscam cumprir o papel de “fabricar” indivíduos de acordo com determinado objetivo. Não é interessante, para estas técnicas de controle, retirar do indivíduo sua força, mas sim aumentá-las e adestrar o corpo do sujeito para determinado fim (FOUCAULT, 2013).

Quando tratamos da questão do controle do corpo, devemos ter em mente que esses dispositivos afetam todo o corpo do indivíduo e, portanto, sua subjetividade (fabricando uma subjetividade docilizada). O ser então se torna submisso não apenas em relação a sua força de trabalho, mas principalmente politicamente. Segundo Foucault (2013), os três principais recursos utilizados pelo poder disciplinar como instrumentos para sua efetivação se concentram em: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

Na vigilância hierárquica, o papel das instituições deve ser o de permitir que todos aqueles que ali estão, possam ser observados, em uma relação de autocobrança. O indivíduo passa, ele mesmo, devido à distribuição do espaço e pela sensação de estar a todo o momento sendo observado, a evitar cometer atos considerados indisciplinados. Um exemplo disso são as câmeras de vigilância espalhadas nas cidades e até mesmo em algumas escolas. É interessante perceber que, ao se utilizar deste mecanismo de controle, a violência para fins punitivos, teoricamente, já não é mais necessária, ao contrário da era clássica da pena:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver intensamente, induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Essa reformulação na forma como as instituições passam a conceber os espaços, busca otimizar as forças produtivas e economizar movimentos de punição. A vigilância trata de não apenas evitar atos infracionais, mas a coerção embutida nesse sistema faz com que os indivíduos se sintam obrigados a produzir. O poder que age, por exemplo, no acampamento militar, está espalhado por todas as relações sociais. A distribuição dos superiores hierárquicos por locais de observação de seus subordinados, com forma privilegiada de visão, provoca um disciplinamento constante. Candiottto (2012) argumenta:

Na fábrica, na escola, no hospital, no convento, no regimento militar ou na prisão, trata-se sempre da constituição de uma anatomia política pela distribuição espacial dos indivíduos e o controle de suas atividades; ou pela combinação dos corpos e das forças, de modo a deles extrair a máxima utilidade. Ao ser o corpo parte de um espaço, núcleo de um comportamento, soma de forças que se aglutinam, torna-se possível adestrá-lo e torná-lo útil. (CANDIOTTO, 2012, p. 20).

A disciplina é buscada a todo o momento de forma projetada e calculada. O poder disciplinar se manifesta então de forma sutil. A própria organização trata de aplica-lo por si só naturalmente. Diferente do que acontecia na era clássica, em que alguns encarregados ficavam responsáveis por regular, por exemplo, o que os trabalhadores faziam nas manufaturas, o controle agora se dá de forma contínua, se distribuindo por meio dos aparelhos. Portanto, a vigilância hierárquica expressa: “poder que é aparência ainda menos ‘corporal’ por ser mais sabiamente ‘físico’” (FOUCAULT, 2013, p. 171).

Por meio de um exercício de reflexão, percebamos como estes mecanismos de controle realmente estão inseridos em nossa sociedade em praticamente todos os espaços os quais utilizamos. E na escola não é diferente. É praticamente convidativo querer fugir dessa

coerção para que possamos procurar ser algo que fuja daquilo que nos é imposto por meio desses dispositivos. Daí o ímpeto de não se enquadrar pacificamente em regras impostas.

Como segundo dispositivo de controle, não por ordem, mas em uma relação de dependência e conexão com o anterior, a sanção normalizadora trata do exercício de regular os atos, a partir de aplicações de regras do cotidiano. Não se refere a lei, pois a lei é algo externo ao indivíduo, é algo que promete a punição ao se cometer um ato infracional. A norma está contida no dia a dia, em uma relação de proximidade com os sujeitos, por isso se torna poderosa e, geralmente, eficaz:

A punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar. (FOUCAULT, 2013, p. 173).

O castigo, como descrito por Foucault (2013), parte do pressuposto de que há algo que obrigatoriamente deve ser obedecido e é nisso que o ato de punir se justifica. O contrário da norma deve ser regulado e rechaçado.

A norma estabelece os padrões ideais de comportamento, automaticamente reprovando aquilo que não se enquadra em seu perfil. É uma espécie de referência a ser seguida. A própria norma visa regular até mesmo os comportamentos indisciplinados produzidos através desse mecanismo. Portanto, é interessante neste sentido que exista a indisciplina, para que novos mecanismos de controle possam ser desenvolvidos e para que o dispositivo disciplinar continue funcionando. Em outras palavras, a indisciplina justifica a norma.

Com a institucionalização desses padrões de comportamentos, ao passar o tempo, o povo passa a não mais se questionar o porquê de tais ações. A padronização passa a ser parte da vida cotidiana e parte da sociedade. Sob o alicerce da norma, configura-se uma vigilância constante, ininterrupta, que traz consigo uma sutileza de implementação, onde os próprios indivíduos naturalizam essa condição e se voluntariam para tal:

A sociedade deixou de ser essencialmente jurídica, sob a égide da lei, para tornar-se uma sociedade articulada essencialmente sob a norma; regida por um sistema de vigilância que não se faz mais pelo Estado, mas por uma visibilidade incessante, na qual os próprios indivíduos se oferecem espontaneamente para serem vigiados ou avaliados. (DE LIMA, REZENDE, 2013, p. 66).

Por fim, Foucault analisa a função do exame no disciplinamento. Conforme os regulamentos nas instituições são produzidos, são elaboradas também técnicas para qualificar, classificar, e punir os indivíduos alvos do poder disciplinar de forma ininterrupta. É a

combinação entre as técnicas da hierarquia que vigia e a da sanção que normaliza. Uma síntese da função do exame segundo Foucault (2013):

Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (FOUCAULT, 2013, p. 177).

Passa a existir, então, uma objetificação das pessoas, a fim de poder controlá-las. Na escola, o exame se estabelece em todos os seus segmentos. Desde a aplicação de provas em variados segmentos de conhecimento, por meio de trabalhos, apresentações, postura corporal e oralidade, notas distribuídas a partir de comportamentos, etc. Tudo o que se refere aos alunos é avaliado, examinado. Segundo Foucault (2013, p. 179): “O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos”. É através desses conhecimentos sobre os estudantes que é possível, não somente ao mestre, mas à instituição escolar como um todo, categorizar os alunos e objetificá-los.

O exame permite criar metas e objetivos, com recursos traçados a partir da individualidade de cada sujeito, para que possam atingi-los ao fim de um ciclo. Se conheço o indivíduo, suas dificuldades e características pessoais, tanto físicas, como cognitivas, posso saber que caminho ele deve percorrer para chegar até o objetivo que almejo, mas esse objetivo será traçado por quem domina essa relação de poder, logicamente. Há um paradoxo nesse tipo de mecanismo. Ao mesmo tempo em que todos estão enquadrados em uma espécie de homogeneização (onde todos devem obedecer e aprender as mesmas técnicas), também há a busca pela diferenciação e pela individualidade, para que cada um possa ser examinado conforme suas próprias características.

É importante, no mecanismo do exame, a sensação de que o ser esteja a todo o momento sendo observado, ou que ele tenha uma importância relativa naquele ambiente. Foucault (2013, p. 179) ressalta que: “O exame é a técnica pela qual o poder, ao invés de emitir os sinais de seu poderio, ao invés de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetificação”. O que difere, nesse sentido, o poder disciplinar do poder absolutista, comandado pelo monarca, é justamente esta emissão de sinais de poder. No poder absoluto do rei, os súditos o observavam emanar sua influência de diversas maneiras, já no regime disciplinar, essa lógica se inverte. Não se enxerga claramente quem comanda a engrenagem, mas enxerga-se os comandados, afim de sancioná-los, normatizá-los e examiná-los.

Os três dispositivos de controle principais, citados anteriormente, se conectam e cumprem um papel importante no que se refere à disciplina. São relativamente eficazes porque,

até a atualidade, ainda cumprem seu papel em diferentes contextos, em diversas instituições de nosso tempo. O sucesso desses mecanismos é relativo, pois a subjetividade contida em cada indivíduo, apesar de incessantemente controlada e moldada, permite também transpor aquilo que é proposto como padrão geral de comportamento. Mas até mesmo essas fugas momentâneas, ou seja, as indisciplinas, são previstas e marcadas para que sirvam de exemplo negativo para os demais, através de várias técnicas de controle:

O aprisionamento se apresenta como o meio mais adequado para produzir a delinquência, já que são sempre os mesmos que retornam frequentemente às mesmas celas prisionais. Nas práticas que compõem o carcerário fabrica-se a delinquência para enfraquecer as lutas políticas e sociais e potencializar o lucro ilegal das classes dirigentes de nossas sociedades democráticas e burguesas. (CANDIOTTO, 2012, p. 22).

Os comportamentos vistos como transgressores são promovidos a uma ótica de destaque, com punição exemplar e os indisciplinados são encarados como diferentes dos demais, ao não seguir as normas que foram impostas. A prisão é a instituição que, de fato, melhor representa esse movimento de exclusão. Primeiro se produz a indisciplina, a delinquência, depois se pune, para que fique claro que aquele ato não será aceito. A tirada da liberdade, causa uma insegurança social nos demais, fazendo com que esse efeito, por si só, produza disciplina. Porém, podemos atestar que esse modelo de disciplinarização, que se aplica não somente à prisão, mas também à escola, é aparentemente falho, pois existe um alto índice de reincidência dos presos, como também de alunos indisciplinados. Mas é justamente este o objetivo desse mecanismo, regular as transgressões, mascarar o problema mais denso, mais complexo e mais prejudicial, que provém de camadas sociais mais elevadas. Por isso, o mesmo mecanismo que disciplina, produz também a delinquência. Isso faz parte de seus *modus operandi*.

Segundo Candiotta (2012, p. 23): “A aparente dicotomia entre segurança e insegurança deixa de existir desde que Foucault entende as relações de poder em termos de governamentalidade”. A partir dessa ótica, podemos entender que existe não uma oposição entre insegurança e segurança, mas sim uma conexão. Para os governantes, uma está diretamente relacionada a outra. O autor continua sua análise: “Ao pensar assim, ele rompe com a lógica dicotômica e binária segundo a qual a ordem seria a negação da desordem, a política o término da guerra, o direito a negação da violência”.

2.3 Estrutura e organização das instituições de ensino: o panóptico

No século XVIII, mais precisamente no ano de 1785, o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham projetou um modelo de penitenciária ideal, que permitisse uma visão privilegiada de todos os internos e ao mesmo tempo não permitisse que estes enxergassem quem estava os observando. A esse modelo, foi dado o nome de panóptico. Pan=tudo, óptico=visão. Foucault (2013) descreve e analisa como esta concepção de prisão se manifesta de diferentes maneiras também nas instituições escolares, retomando íntimas semelhanças com o modelo proposto por Bentham:

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 2013, p. 190).

Com essa composição, o panóptico faz com que a ideia da punição aos presos seja teoricamente diminuída. A sensação de que estão a todo momento sendo observados, almeja os disciplinar sem o uso da força física, mas através da visibilidade ininterrupta. O poder se manifesta de maneira automática, pois não necessariamente um agente deve estar coagindo, ele mesmo, as pessoas, mas a coerção é feita de forma automática pela própria estruturação do ambiente. Os presos também não tinham acesso à cela ao lado, ou seja, ao detento do lado de sua cela. Portanto, uma possível rebelião ou motim, seriam dificultados: “E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas.” (FOUCAULT, 2013, p. 190).

Tomando como análise o ambiente escolar, Foucault transpõe o modelo do panóptico para mostrar como essa idealização da vigilância ininterrupta também se aplica a essas instituições, na busca por uma prevenção de comportamentos indisciplinados: “crianças, não há ‘cola’, nem barulho, nem conversa, nem dissipação.” (FOUCAULT, 2013, p. 190). O autor procura mostrar que o panóptico extrapola a prisão, não se restringe a essa instituição e passa a compor outras organizações, como a escola, hospitais, empresas, acampamentos militares, etc.

Ao se experimentar diversas metodologias, técnicas, modificações dos espaços, das distribuições das cadeiras, podemos pensar na escola como um laboratório de controle dos corpos: “O panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos” (FOUCAULT, 2013, p. 193). A escola, além

de local de disciplinamento, em que atualiza e renova seus mecanismos para tal, também é um local em que subjetividades são construídas e modificadas.

Ora, se não há uma subjetividade transcendental com valores universais válidos para qualquer tempo e lugar, se não há uma constituição psíquica que valha para qualquer época, uma vez que ela é sempre produzida em determinado tempo, as regras transmitidas nas relações entre professores e alunos na escola também se modificam. Mudam as regras, mudam as formas de sujeição, mudam as formas de transgressão, mudam os processos de subjetivação. (PRATA, 2003, p. 113).

Podemos entender, portanto, que é insensato procurar por uma culpabilidade no que se refere somente à atuação docente, pois estes também são produto de um modelo de escola em que a disciplina controladora se fez presente. Sua subjetividade foi moldada para este fim. A sociedade tende a influenciar diretamente o modelo de escola que está em vigor, assim como a inversão desta ideia também é verdadeira. A instituição escolar produz grande parte dos pensamentos e modos de comportamento que ocupam a sociedade.

Acrescentando-se ao modelo do panóptico que foi analisado por Foucault (2013), atualmente a observação das instituições escolares não se restringe a uma vigilância em um espaço marcado, no centro de um local, mas pode ser ampliado por meio de: câmeras de vigilância, eliminação de pontos cegos e até mesmo de líderes/representantes de sala, ou seja, representantes dos próprios alunos que servem como aplicadores da disciplina entre seus colegas. Há uma teoria que analisa a sociedade contemporânea e procura atualizar o conceito do panóptico para a atualidade, citando-o como “pós-panóptico”. Segundo Prata (2013, p. 112): “Diferentemente do panoptismo, o poder hoje pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico e tornou-se verdadeiramente extraterritorial, não mais limitado pela resistência do espaço.”

Foucault descreve como o modelo do panóptico pôde ser ampliado e flexibilizado nas escolas cristãs do século XVIII, através de elementos de controle sobre os pais dos alunos:

A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar se eles sabem o catecismo e as orações, se estão decididos a arrancar os vícios das crianças, quantas camas há e como eles se repartem nelas durante a noite; a visita termina eventualmente com uma esmola, o presente de uma imagem, ou a doação de camas suplementares. (FOUCAULT, 2013, p. 200).

A ideia de que o mau comportamento das crianças nas escolas supracitadas provinha de uma família que não aplicava os bons costumes, ou que não acompanhava a vida escolar e religiosa dos filhos, perdurou durante muito tempo e exigia uma medida de controle

e de investigação maciça, a fim de sanar o problema. Atualmente, as escolas também possuem dificuldades para se aproximar das famílias por diversos aspectos, mas há uma busca por estas, muitas vezes, apenas quando há motivos para reclamação e indisciplina. A integração família-escola é problemática até a contemporaneidade.

Atualmente, poderíamos enxergar o modelo do panóptico, se utilizado em outras instituições que não a prisão, como ultrapassado. Porém, o que há é uma reelaboração desse mecanismo e uma formulação de novas hipóteses de controle avaliadas através de testes e experiências. Nesse sentido, a indisciplina também é útil para o panoptismo, pois pode revelar suas falhas e fazer complementar seu modelo, o atualizando para a modernidade. Se há novas formas de se resistir, haverá novas tentativas de controle. É inegável que existem semelhanças ainda hoje com a estruturação e os modelos que fazem famosas as instituições militares, fabris, empresas (que substituem ou se somam às fábricas), hospitalares e escolares: “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (FOUCAULT, 2013, p. 214).

3 A INDISCIPLINA, O PODER DISCIPLINAR E A ESCOLA

Ao se fazer uma análise sobre a disciplina na escola, nos é necessário analisá-la de forma específica e histórica. A escola é por característica predominante um espaço do exercício de dispositivos disciplinares e foi se moldando ao longo do tempo para tal, buscando, através de diversos mecanismos, um controle ininterrupto das ações dos alunos.

O controle exercido pela escola sobre os estudantes se manifesta sutilmente ou através dos mecanismos citados anteriormente. Porém, Foucault analisa que não necessariamente esse controle se aplica apenas em uma direção, pois aqueles que sofrem essa disciplinarização também podem, de certo modo, exercer poder, inclusive contrariando as regras de que sofrem imposição.

Ao analisarmos o problema/fenômeno da indisciplina na escola, não é incomum culpabilizarmos os estudantes pelo seu comportamento, porém, através da metáfora da prisão e análise da teoria foucaultiana, podemos perceber que o fracasso da disciplina na escola não é algo que deve ser exclusivamente atribuído aos alunos. É possível compreender que a produção da indisciplina se dá também na, e pela própria escola, assim como pela sociedade, que busca normalizar os indivíduos para controle social, político, econômico e cultural.

3.1 A escola e a disciplina

A igreja, a partir de meados do século XVIII, passou a perder grande parte de seu poder de influência sobre a educação nas escolas. Com isso, passou-se a explorar muito mais nas instituições escolares a técnica e a formação dos estudantes visando a mão de obra para o mercado, em que as explicações sobre os fenômenos naturais não eram dadas unicamente a partir da crença em uma divindade, mas também por meio da ciência e da separação entre escola e igreja, buscando o ensino laico:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo, darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 2013, p. 136).

A busca pelos estudos dos detalhes, das pequenas coisas, através da escola, estava sendo implementado, também, por interesses políticos e de controle. A igreja passaria a não mais possuir tanto poder como antes, e o Estado assumiria esse papel, demonstrando sua força. Controlando o que seria difundido por meio dos conhecimentos em um dos seus principais

mecanismos, a escola, poderia ter um maior controle sobre a população e sobre a formação política, cultural e social desse povo.

Foucault (2013) analisa como, a partir de 1762, (dois anos após o início da revolução industrial), a escola é afetada em sua organização. Os alunos são submetidos a novos tipos de comportamentos e o espaço é utilizado de forma a permitir uma produção quase ininterrupta de afazeres, através de vigilância, ocupação e ordem:

O espaço escolar se desdobra; a classe se torna homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob o olhar do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 2013, p. 141).

É notável que essa configuração da disciplina na escola passa a ser utilizada após o início da revolução industrial, através de diversos mecanismos e técnicas, obedecendo a uma lógica produtivista. Os alunos passaram então a serem preparados para o exercício de mão de obra qualificada ao mercado quando saíssem da escola. A distribuição dos corpos no ambiente escolar visando um disciplinamento ininterrupto, passa então a ser uma das principais atribuições da escola, ainda mais do que anteriormente.

Traçando um paralelo com o modelo de escola atual, Aquino (2003) afirma:

Aqui, a tarefa docente passa a ser a de prevenir para não ter de remediar mais tarde. Daí o tão conclamado auxílio dos especialistas parapedagógicos (psicólogos, médicos e afins). Tudo se passa como se o objetivo maior da ação escolar fosse evitar que os males disciplinares (desrespeito, revanchismo, insolência, apatia, etc.) se alastrassem entre os alunos, tratando de proteger uma parcela do alunado susceptível de corrupção pela minoria de “maus elementos” ali infiltrada. (AQUINO, 2003, p. 18).

Trata-se, portanto, de uma situação bastante atual na escola. Os professores, agentes que estão em contato direto com os alunos, ficam a cargo de manterem essa ordem, de fazer com que o ambiente seja propício aos ensinamentos planejados em sala de aula. Ficam também responsáveis pela disposição dos estudantes no ambiente de aprendizagem e pela hierarquia ao se tratar da organização da sala, incluindo os momentos de fala e de escuta.

A busca pela disciplina contínua, pode abrir brechas para que o docente busque intencionalmente um controle e uma coerção sobre os alunos, desejando mantê-los robóticos a todo o momento, podendo promover até mesmo uma posição autoritária em sala de aula.

Posturas como essa, geralmente causam distanciamento, antipatia e uma disciplina que funciona apenas à base do medo e da coerção.

Para além da ordem e da vigilância hierárquica, a disciplina pode trazer também outros significados. Pode possibilitar o meio pelo qual os estudantes poderão adquirir conhecimentos e propiciar um ambiente de aprendizagem na escola: “[...] as regras e disciplinas não são só reguladoras (no sentido de permitir, proibir, facultar) mas também constitutivas, no sentido de que a sua existência é que possibilita a criação” (CARVALHO, 1996, p. 136). O autor José Sérgio de Carvalho (1996) recorre a uma análise sobre a disciplina escolar como uma forma de fazer com que seja possível o aprendizado e o acesso dos estudantes aos conhecimentos científicos e artísticos produzidos pela humanidade.

Vemos, neste caso, a disciplina atrelada a um mecanismo pelo qual o ambiente escolar pode se fazer útil e cumprir, teoricamente, seu papel. Neste caso, a disciplina seria a colaboração voluntária dos alunos para com a escola e o professor. A transmissão dessa disciplina, como citado, estaria vinculada tão somente a formação social, educacional e cultural desses alunos. Consideremos, portanto, a disciplina não como algo tão somente negativo, mas como algo que depende da forma como é utilizada. Pensemos também que as rotinas estabelecidas em sala de aula são de fundamental importância para o aprendizado e para o desenvolvimento.

O trabalho da escola não deve centrar-se em uma espécie de molde para o comportamento dos alunos em uma maneira coercitiva de enxergá-los, mas seu principal papel deve ser o de construir maneiras de facilitar a aprendizagem e a formação dos alunos:

[...] o problema da disciplina escolar desloca-se do âmbito e da perspectiva moral e comportamental para situar-se principalmente no âmbito da apropriação de práticas e linguagens públicas, em cuja difusão reside a principal atividade das instituições escolares. (CARVALHO, 1996, p. 138).

Por outro lado, devemos ter em mente que existem diferentes manifestações de (in)disciplina e que cada uma possui um significado. A indisciplina pode estar ligada, por exemplo, a uma motivação moral, por combater uma injustiça ou algo que o aluno não considere certo. Aos olhos de seus superiores hierárquicos, a insubordinação pode ser encarada como uma afronta ou um absurdo, mas o ato pode possuir razões éticas e morais na origem de seu ato. Além disso, a disciplina dos estudantes, em diversos casos, pode estar se manifestando apenas pelo medo por conta de uma possível punição e não por motivos morais (DE LA TAILLE, 1996).

3.2 Indisciplina e poder

Ao analisar as instituições que são responsáveis por combater ou anular a marginalidade criminal, Foucault observa que, ao mesmo tempo em que essas tentativas são realizadas, também são cometidas ações que levam à reincidência ou ao aumento dessas infrações, por conta do uso da repressão ou por estigmatizar estes atos (PRATA, 1996). A delinquência é também, portanto, produto ou consequência da repressão. Essa repressão e o estigma ocorrem, não de maneira totalmente escrachada, mas por diversas vezes de maneira sutil: exclusão de atividades, afastamento compulsório, violência simbólica, etc. Além disso, essas práticas são legitimadas e incorporadas pelas instituições historicamente.

No que se refere aos atos indisciplinados, as medidas de correção procuram tomar conta das possibilidades de escolha do indivíduo através dos mecanismos de controle. O tempo, o pensamento e o corpo do sujeito sofrem diversas tentativas de manipulação na busca pela reeducação e por fazer o indivíduo retornar para o convívio social não mais como um possível perigo, mas como um membro aceitavelmente conveniente.

A manifestação do poder disciplinar na escola permite complexas dinâmicas e atualmente não possui os mesmos efeitos de outrora. Por conta da democratização do ensino e da demanda em que as escolas devem dar conta de um número maior de alunos, diversos perfis de estudantes que outrora não frequentavam em grande número o ambiente escolar, hoje em dia se encontram imersos nesse ambiente, obrigados por lei a frequentar a escola. (PIMENTA, 2012). O perfil dos alunos mudou, a escola não muito. Continua estabelecendo, de modo geral, os mesmos mecanismos e estrutura de tempos antigos:

A educação é que está prestigiada, assumindo funções e responsabilidades cada vez maiores, tornando-se a grande instituição social; porém, [...] ela não consegue dar conta das demandas da contemporaneidade e nem possui os instrumentos necessários para isso. Ela acolhe as subjetividades deste tempo e possui uma estrutura organizacional de outro tempo bem distinto. (JUSTO, 2010, p. 42).

Foucault (2013) nos mostra que o ato da delinquência, ao passo que é combatido, evitado e reprimido, é também, de certo modo, permitido. Faz parte do exercício do poder disciplinar colocar o indisciplinado em evidência, desnudá-lo através de seus atos, utilizar sua ação fora da curva como exemplo negativo para os demais e também como instrumento político e econômico. No caso da escola, o considerado errado e condenável, geralmente é o aluno que não obedece, mas dificilmente há reflexões acerca dos papéis ditatoriais, engessados ou retrógrados dessas instituições.

O próprio ato de exercício do poder por si só, em uma de suas diversas derivações e consequências, gera também desordem e indisciplina. A escola, por sua vez, ao buscar homogeneizar comportamentos, sofre com as complexidades que envolvem essa busca constante de padronização:

[...]é possível dizer que o poder, lá em sua forma modelarmente disciplinar, gera indisciplina. Afinal, a rede de controle e vigilância, o olhar hierárquico representado pela arquitetura do panóptico, o sistema contínuo de previsões de conduta certas ou erradas com as devidas contingências punitivas, bem como o exame (prática que atravessa as mais diversas instituições da modernidade), todo este aparato, todos esses dispositivos, por seu próprio exercício, vão incitar e colocar no discurso, exatamente o que visam mitigar. (GUIRADO, 1996, p. 68).

Desse modo, como também não há uma instituição disciplinar que manifeste seu controle de maneira perfeita, os próprios mecanismos de controle, em suas brechas, permitem a indisciplina. O poder se manifesta na organização da disciplina e pode também se organizar na manifestação da indisciplina. Por exemplo: a resistência àquilo que se impõe, um conflito que possivelmente cause uma revolta, até mesmo uma indisciplina gerada por motivos unicamente imorais, podem acontecer de maneira organizada e produzindo um controle do lado que se mostra aparentemente mais frágil da relação de poder: “É controle sempre, independentemente de proceder dos lugares física e institucionalmente marcados para vigiar e dominar, ou daqueles destinados a serem vigiados” (GUIRADO, 1996, p. 66).

A escola, como instituição genuinamente disciplinar, enxerga nos atos indisciplinados aquilo que coloca em prova sua legitimidade e seu controle constante. A indisciplina subverte aquilo que é considerado como norma e como comportamentos aceitáveis. Esses movimentos indisciplinados representam uma resistência comportamental e o conflito que existe entre o padrão esperado e a vontade do ser de se expressar conforme deseja, ou de responder de certa forma aquilo que deseja romper:

Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência que não se submetem às imposições das normas do dever-ser. Compreender esta situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças antagônicas. (GUIMARÃES, 1996, p. 78).

A tentativa de homogeneização não se aplica de maneira completa, devido à complexidade que é inerente a vida humana, neste sentido, a indisciplina é justamente o momento em que a relação de poder permite também que o lado aparentemente mais frágil mostre sua força, sua resistência. A indisciplina não é apenas violenta e imoral, mas pode ser também geradora de diversos questionamentos, como por exemplo, sobre o controle

ininterrupto: “Na sua ambiguidade, a indisciplina não expressa apenas ódio, raiva, vingança, mas também uma forma de interromper as pretensões do controle homogeneizador imposto pela escola” (GUIMARÃES, 1996, p. 79).

3.3 O fracasso da disciplina na escola

Foucault (2013) trabalha com a hipótese de que a delinquência é, por um lado, desejável, em uma estratégia de dominação que visa produzir pessoas delituosas para fins de um estigma social que se coloca sobre um grupo e tirar de cena o foco sobre os reais atos imorais cometidos por quem está no poder (CANDIOTTO, 2012).

A delinquência é, portanto, também passível de ser controlada e normatizada. Em um sistema de dominação em que todos obedecem e logo após passarem por esse processo, saíssem regenerados e disciplinados, não faria sentido para quem deseja dominar. É necessário que existam as ilegalidades, a indisciplina, a delinquência: “A questão, portanto, não é eliminar a delinquência, mas normalizá-la, torná-la economicamente útil, politicamente favorável ao lucro fácil e escuso” (CANDIOTTO, 2012, p. 22).

Na escola, a indisciplina se manifesta tanto de fora para dentro, por questões conflituosas que estão enraizadas nos próprios alunos, como ela também pode gerar indisciplina, pois ao tentar padronizar os comportamentos de forma coercitiva, instaura o conflito. Os mecanismos disciplinares que regem a escola, geralmente tratam todos como iguais e a expectativa gerada sobre o comportamento dos alunos faz com que o direcionamento dado para as ações educativas gire em torno de uma normatização de seus atos:

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora das experiências de opressão, de violência, de conflitos, advindas do plano macroestrutural. É importante argumentar que, apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina. (GUIMARÃES, 1996, p 77).

A existência das padronizações por meio de normas de conduta e de vigilância, fazem com que a condução da escola e o controle nas ações ambientais se tornem mais fáceis. Essas normas e controle estão dissolvidas em todo o ambiente escolar:

A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade. (GUIMARÃES, 1996, p 77).

Ao mesmo tempo em que se busca essa padronização, os mesmos mecanismos produzem indisciplina. Por essa ótica trabalhada por Foucault (2013), podemos compreender que o “fracasso” da disciplina nas instituições não pode ser enxergado apenas como tal. O fracasso desses mecanismos de controle, faz parte, então, de uma estratégia que visa, além de gerar indisciplina e delinquência, controlar essas incivilidades, para que sejam conduzidas a determinado fim:

O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeito reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência. O pretenso fracasso não faria então parte do funcionamento da prisão? (FOUCAULT, 2013, p. 257).

Como sabemos, o autor analisa os mecanismos disciplinares que são inerentes ao funcionamento da prisão, para analisar diversas instituições sociais, entre elas a escola, em forma de analogia ou de forma específica. O suposto fracasso em relação a disciplina nessa instituição, portanto, seria um dos supostos objetivos do poder disciplinar. O olhar da crítica se volta então para os alunos e seu comportamento considerado inadequado e não para práticas ultrapassadas e coercitivas da escola. A existência da indisciplina na escola faz, também, com que a sociedade anseie por cada vez mais disciplinamento, limites e mais regras. Por isso se dá um dos motivos pelos quais os professores atribuem mais de seu tempo normatizando os comportamentos do que realmente cumprindo aquele que deveria seu principal papel: construir caminhos para a aprendizagem.

Uma ordem estabelecida em sala de aula, não necessariamente culminará em um ambiente propício para a aprendizagem, tendo em vista que essa ordem pode ter sido conseguida através de ameaças, medo e posições autoritárias do professor, o que acua os alunos. Por outro lado, um ambiente aparentemente caótico, também não necessariamente estará fadado ao fracasso no que se refere ao ensino-aprendizado, pois podem estar se desenvolvendo diversas descobertas ali.

Quando nos referimos a uma sala de aula com crianças ou adolescentes, é natural que ajam as diferenças de comportamento, de pontos de vista e de estabilidade. Esperar por um total controle dos alunos é inadequado: “O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência neste lugar” (GUIMARÃES, 1996, p. 79)

O discurso que envolve o papel da ordem e da disciplina na sociedade tem influenciado diretamente as visões que circundam o ambiente escolar, bem como a maioria das

instituições sociais. Com isso, não desejamos fazer uma defesa da indisciplina como a saída para uma busca de um controle permanente e ininterrupto e sim enxergar os alunos não apenas como aqueles que devem ser dominados a todo custo pela escola, mas também como aqueles que tem algo a dizer e podem, mesmo em pequena escala, fazer-nos refletir sobre uma forma diferente de enxergar a sala de aula. A busca pela norma e pela regulamentação, estão atreladas também à delinquência e à indisciplina, seja ela dentro ou fora da escola, pois os dispositivos de controle circulam em toda a sociedade.

O que existe é um pensamento que está contido na sociedade de que a ordem social necessariamente nos leva para um caminho próspero e de tranquilidade, porém, as próprias instituições disciplinares, através dos mesmos mecanismos que geram disciplina, geram também indisciplina e delinquência.

O problema é que nas sociedades atuais não somente a delinquência é regulada, mas a própria vida em seu aspecto imanente, privado, doméstico e cotidiano passou a ser gerida por uma nova economia do poder ou por uma política que se deixa determinar, quase que inteiramente, pela economia. (CANDIOTTO, 2012, p. 23).

Portanto, podemos perceber que a delinquência e a indisciplina não são necessariamente sanadas ou combatidas, mas normatizadas, vigiadas, controladas a um interesse claro: o de dominação. Por isso, o fracasso em relação à disciplina na escola é, por um lado, indesejável, mas por outro, desejável e até mesmo direcionado.

4 NOVAS PERSPECTIVAS PARA SE PENSAR A INDISCIPLINA

A disciplina na escola se modificou conforme o passar do tempo e assumiu novas características e estruturas. A principal instância exterior às instituições educativas que é responsável por essas mudanças e que definem demandas tem sido o mercado. Conforme se necessita de um tipo de trabalhador específico, esse perfil é forjado direta ou indiretamente dentro da escola, com um tipo próprio de disciplina.

Podemos refletir a respeito da indisciplina na escola a partir de diversos aspectos. Assim, é crucial a análise sobre os aspectos da própria prática pedagógica e sobre como os próprios educadores, em seu exercício prático, podem trabalhar nos alunos um sentimento de cooperação e integração, para que estes se sintam realmente pertencentes ao espaço escolar e estimulados a aprender.

A escola, como ambiente que possui diversas possibilidades e perspectivas, também pode ser encarada como uma ferramenta para se trabalhar a formação democrática dos sujeitos, o respeito ao próximo e a importância da escuta para o exercício da comunicação e resolução de problemas em um âmbito menor, como o da própria escola, incluindo-se entre estes problemas a indisciplina, visando uma preparação para resolução de problemas maiores na sociedade.

4.1 As mudanças no modelo atual de escola

Conforme já anunciado no decurso desse trabalho, a indisciplina na escola se mostra como uma das principais queixas dos professores no que se refere ao trabalho na escola. Os relatos dos professores e gestores apontam para as mais variadas manifestações de incivildades na escola que podem reverberar desde uma simples conversa de cunho desrespeitoso até à violência dura propriamente dita, aquela que causa danos físicos a outrem. É necessário, portanto, que façamos uma análise desse fenômeno não o analisando de forma isolada, mas elencando diversos fatores que estão envolvidos no ato indisciplinar.

É fato que muitas vezes os professores se sentem acuados e sem saber como lidar com o fenômeno da indisciplina na escola, fenômeno este que parece estar cada vez mais presente nas instituições educativas. As respostas que cada ser manifesta à disciplina exigida pelo ensino formal, são particulares: “[...] nem todos os ‘assujeitados’ possuem uma posição de passividade, já que do poder todos podem participar. Isto é, na prática pedagógica os alunos podem aderir ou resistir diante de determinadas situações” (BANALETTI, DAMETTO, 2015, p.

4). Como visto anteriormente neste trabalho, o poder não se concentra apenas em determinada camada social ou grupo distinto, mas pode ser exercido também por aqueles que estão sendo disciplinados:

O poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer com sua ação: nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1993, p.83).

Antigamente, a escola e os professores possuíam papéis diferentes dos que vemos hoje. Antes, o que existia era uma escola em que se matriculavam alunos privilegiados socialmente e economicamente. A grande massa da população pobre acabou por ser deixada de lado nesse momento. Posteriormente, com a democratização do ensino, passou-se a adentrar na escola um novo perfil de alunos, que fez com que a escola também tivesse que mudar suas concepções e, logicamente, os professores também mudaram:

“[...] o docente no processo de ensino-aprendizagem, era considerado o portador e transmissor de conhecimento, e os alunos meros receptores, ouvintes e passivos. O professor possuía uma posição superior aos seus alunos, a própria organização do espaço da sala de aula dava lugar de destaque ao professor, colocando-o a frente, dando-lhe a palavra cuja pronúncia silenciava os demais.” (BANALETI, DAMETTO, 2015, p. 5)

Não era mais cabível a ideia de um professor que era o detentor único e exclusivo do conhecimento. As novas concepções de ensino-aprendizagem fizeram com que a escola se reformulasse e se readaptasse a essa nova realidade, mas não apenas isso. As novas demandas da sociedade capitalista também tiveram forte influência nesse processo:

Quando olhamos para o cenário mais geral do funcionamento da sociedade contemporânea e focamos o perfil das instituições existentes ou daquelas novas que estão nascendo, verificamos que a escola, na verdade, está no epicentro de uma crise institucional provocada por uma mudança profunda na lógica do capitalismo atual e da cultura que o acompanha [...]. Aquele capitalismo que antes precisava de produção fabril, da acumulação e concentração tanto das riquezas materiais como da própria mão de obra, confinando e concentrando as pessoas, no cenário atual estaria com outras necessidades, tais como a intensificação do ciclo de produção e de consumo, a expansão da circulação do capital exigindo o alargamento de fronteiras geográficas e psicossociais, o aumento da velocidade e a movimentação cada vez maior de mercadorias, de capital, de subjetividades, de mão de obra e assim por diante. Tais necessidades da economia capitalista atual estariam produzindo uma outra lógica de organização e funcionamento da sociedade: não se trataria mais de confinar o sujeito em espaços fechados, mas de colocá-lo em espaços abertos. (JUSTO, 2010, p. 29)

Podemos perceber, portanto, que a escola é uma das instituições que mais são afetadas em decorrência das demandas do mercado. Embora existam diferentes tentativas, tanto políticas, quanto específicas de escola para escola para se fazer um ambiente de aprendizado que se conduza livre dessas amarras, a realidade é que o modelo geral da escola obedece a uma lógica sistematizada e imposta pelas instituições econômicas superiores que comandam a sua estruturação.

Podemos perceber também, que o perfil do trabalhador exigido para a sociedade atual é diferente de outrora. Anteriormente, se esperava de um trabalhador que ele soubesse executar determinadas atividades de maneira isolada e funcional, que não precisasse pensar muito e que obedecesse de forma incondicional. Isso se refletia diretamente no trabalho do professor e era assim que os alunos eram tratados: o professor em evidência plena e a obediência cega a ele por parte dos alunos. Com a nova forma de se pensar a escola, o professor perde em partes o seu status de mestre com o poder concentrado apenas em si, e os alunos agora devem possuir a noção de que a autonomia do seu aprendizado parte de si próprios. Isso se dá, porque se espera de um trabalhador que ele não apenas obedeça, mas que seja proativo e que execute diferentes funções além da sua principal.

Nesse contexto, a indisciplina entra como uma manifestação da crise do poder disciplinar nas instituições escolares. Como visto anteriormente, essa crise não se dá única e exclusivamente por questões de falhas na estruturação desse sistema, mas é inerente a ele (FOUCAULT, 2013).

Um dos principais fatores que contribuíram para a nova forma de se fazer escola no Brasil foi a Constituição Federal Brasileira de 1988, que trouxe a ideia da escola democrática. Essa constituição promulgou a universalização do ensino fundamental. Com isso, diversas crianças e adolescentes que jamais haviam frequentado a escola, passaram a fazê-lo, contribuindo também para o aumento na ocorrência dos atos indisciplinados, tendo em vista a obrigatoriedade do ato de estudar formalmente.

Porém, o fato é que a indisciplina não ocorre exclusivamente em escolas públicas. O fenômeno atinge também escolas privadas, tanto de pequeno, quanto de grande porte e renome (AQUINO, 2003). Isso nos indica que o ato indisciplinar é inerente ao contexto social em que vivemos, independente da classe social.

O fato é que é necessário que a escola e os professores repensem suas práticas pedagógicas para tentar amenizar o problema, na procura por um ambiente de aprendizado que seja de fato atrativo e significativo. A escola ainda é o principal meio pelo qual a população tem acesso aos conhecimentos científicos apreendidos pela sociedade e possui um papel

importante nesse sentido. Portanto, não deve se limitar apenas a ser disciplinadora, mas buscar a disciplina de forma coerente com a realidade que se mostra e com preocupação de não engessar os alunos, mas ajuda-los a compreender o sentido da escola:

Há de se considerar que a escola, mesmo com tantos problemas, ainda possui valorização, é reconhecida como uma instituição imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, responsável pela formação dos sujeitos, pela construção da cidadania, pelo desenvolvimento tecnológico e pela expansão da economia (JUSTO, 2010, p. 32).

Na escola atual, o educador é incumbido das mais diferentes funções: ensinar, cuidar, disciplinar, mostrar resultados, etc. E é justamente essa a essência que se espera do trabalhador na contemporaneidade: o que executa diversas tarefas ao mesmo tempo. Porém, apesar de toda a sobrecarga de trabalho que se coloca sobre os docentes, diversos exemplos têm nos mostrado que é possível lidarmos com a indisciplina de forma proveitosa e sábia, como veremos no terceiro subtópico deste capítulo.

4.2 Reflexões sobre a indisciplina na escola

Segundo Aquino (2003), a indisciplina se manifesta na escola sem distinção de raça, cor, gênero, classe social ou credo, ou seja, ao contrário do que muito se acredita, não é um fenômeno exclusivo das escolas públicas. O que acontece em diversos casos, é uma maior propagação desses atos em veículos de comunicação e em redes sociais quando se trata das instituições de ensino públicas, já que nas instituições particulares há uma maior proteção em relação à imagem das crianças e em relação à própria imagem da escola. Porém, é necessário afirmar que os prejuízos que recaem sobre os alunos de escolas públicas quando se trata de atos disciplinares são bem maiores, tendo em vista que isso pode acarretar até mesmo em evasões da escola.

A postura do professor pode ser um dos fatores a contribuir para casos de indisciplina na escola:

Do ponto de vista concreto, as inflexões disciplinares parecem ter correlação imediata com o estilo de ação do professor: mostrando-se, muitas das vezes, como resposta à ausência de autoridade docente ou ao seu inverso, o abuso (alguns diriam 'autoritarismo'). (AQUINO, 2003, p. 08).

É necessário, portanto, refletirmos sobre como a postura docente afeta o comportamento dos alunos, seja ela permissiva demais, ou seja, uma condução de sala com

desapego a regras mínimas de funcionamento, com falta de responsabilidade para com os estudantes, ou o contrário, um abuso de poder que gera desconforto e sensação de injustiça.

A escola atual, em vista da grande demanda que se acomete a respeito dos recorrentes casos de indisciplina, parece priorizar o domínio de sala e o controle sobre os corpos dos estudantes, do que propriamente a construção do conhecimento. O perfil dos estudantes também é diferente do de décadas atrás. A escola passa a ser, atualmente, muitas vezes desinteressante por conta do fácil acesso à informação e da sensação de que ela pode ser alcançada a qualquer instante.

Outro fato bastante reclamado por educadores em geral é o de que as dificuldades trazidas pelos alunos (afetivas, morais, cognitivas) recaem sobre os professores, que tem, além de ensinar, ainda dar conta de tais fatores: “Daí o inegável fato de que a educação contemporânea tem priorizado o domínio disciplinar–atitudinal em detrimento do âmbito propriamente pedagógico-intelectual.” (AQUINO, 2003, p. 17) Aspectos estes que a escola não deveria estar colocando em primeiro plano, mas devido às interferências constantes em relação ao dia-a-dia no ambiente escolar, isso acaba sendo praticamente inevitável.

Além do desconforto gerado no ambiente escolar e nos educadores, a indisciplina deveria nos gerar alguns questionamentos: esta desordem é necessariamente algo ruim sempre? Por que deveríamos esperar a todo o momento uma sala de aula que permanece calada e estática? Alunos quietos são necessariamente os que mais aprendem? O perfil dos alunos mudou e se modifica ainda mais a cada época, mas e a escola, vem se modificando e se adaptando a essas mudanças também? Podemos perceber que existe uma falta de sintonia que dificulta a relação professor aluno na escola atual:

A indisciplina seria, então, o sintoma da incompatibilidade entre a escola acalentada por seus agentes e aquela encarnada por seu alunado. Mais ainda: ela equivaleria ao saldo do embate histórico entre uma escola idealizada e gerida para um determinado tipo de aluno, mas ocupada por outro. (AQUINO, 2003, p. 50).

Por outro lado, é necessário salientarmos a importância de se estabelecer regras e regular as relações em sala, para que ao menos o convívio em sala de aula e na escola seja possível. Porém, essa relação não pode ser gerida através da estupidez e ameaças constantes, pois isso causaria apenas uma falsa impressão de respeito, mas por trás esconderia medo e repulsa (DUBET, 2007).

É necessário também que as regras que norteiam a escola sejam bastante discutidas e trabalhadas junto aos alunos de forma democrática, bem como os direitos que estes possuem na instituição. Esta atividade não anulará os conflitos por completo, porém, a falta dessa

discussão pode ocasionar no futuro diversos confrontos, situações delicadas e chateações, por falta de parâmetros a seguir. As regras precisam ser praticadas entre os componentes da instituição de forma recíproca e revistas sempre que necessário.

A democracia na escola não é algo que surge espontaneamente dos indivíduos que compõem a comunidade escolar, mas sim algo que deve ser ensinado. O modo de vida democrático nas escolas é um dos fatores que contribuirão para a defesa e consolidação da democracia na sociedade como um todo: “[...] não poderá haver democracias sustentáveis se não contarmos com escolas orientadas para a defesa intransigente da liberdade, da dignidade, da justiça, do respeito mútuo, etc.” (AQUINO, 2003, p. 61)

Segundo Rego (1996) a indisciplina está intimamente ligada à prática pedagógica dos professores, que se tornam desinteressantes para os alunos e que causam distanciamento. Essa prática pedagógica ineficaz estaria ligada principalmente a: propostas curriculares problemáticas, e metodologias que subestimam a capacidade do aluno, inadequação da organização do espaço e tempo para a realização das atividades, resultando na falta de incentivo à autonomia e às interações entre os alunos, pouco dialogo e ameaças para obter o silêncio em sala de aula. Em vista disso, acreditamos que é necessário refletirmos sobre como a nossa prática na sala de aula tem contribuído para a falta de atenção dos alunos e a pouca efetividade das ações do professor.

Um dos principais desafios que acomete o educador da atualidade é como motivar seus alunos, como manter um ambiente de sala de aula harmonioso e que gere de fato a aprendizagem sem grandes obstáculos. Manter os alunos motivados e interessados parece ser o principal caminho:

[...] no processo escolar há a necessidade de o professor desenvolver concomitantemente dois traços, então inerentes: disciplina e motivação. Se o professor realizar atividades que promovam a motivação, sem dúvida terá menos problemas de indisciplina, o aluno motivado dirige sua atenção e as suas ações para a realização das atividades e por consequência, resta menos tempo para o envolvimento do aluno em atividades que comprometam o trabalho desenvolvido e gerem indisciplina. (BANALETTI, DAMETTO, 2003, p. 12).

O modelo de escola, como constituído historicamente e como se constitui atualmente, nos dificulta vislumbrar uma alternativa real de envolvimento dos alunos no que se refere a sua organização e estruturação. O que acontece em todos os casos que podemos presenciar é um “adultocentrismo” das relações e das regras, impostas de cima abaixo e com flexibilizações milimetricamente calculadas: “Existiria uma escola diferente onde houvesse uma participação efetiva dos alunos nas decisões a serem tomadas a respeito deles mesmos?”

Seria possível pensar em uma escola de alunos e não em uma escola para alunos?” (GUIMARÃES, 1988, p. 153).

A obsessão existente no ambiente escolar a respeito da disciplina e do comportamento dos alunos acaba por trazer para o centro da preocupação essas questões, enquanto isso, outras questões que poderiam contribuir de forma efetiva para a diminuição da indisciplina, como modificações nas aulas para torna-las mais atrativas e até mesmo reconstruções das regras na escola passam a ser secundárias ou até mesmo esquecidas.

De maneira geral, as modificações que podem ser efetivamente realizadas na escola para torna-la um ambiente mais democrático e com participação efetiva dos alunos, passam quase que exclusivamente pelas pessoas que estão no próprio chão da escola: os professores, coordenadores, supervisores e diretores, e pelas reivindicações dos próprios alunos. (GUIMARÃES, 1998).

4.3 Experiências pedagógicas exitosas para o trato da indisciplina na escola

Em uma experiência de trabalho de observação e intervenção ocorrida em uma sala de escola pública da cidade de Viçosa (Minas gerais), Lima (2012) visualizou questões relativas ao comportamento, ao cotidiano da sala de aula e ao envolvimento dos alunos em relação à matéria de língua inglesa. O autor observa e constata através dos depoimentos dos próprios alunos que a indisciplina é um dos principais fatores que dificultam a aprendizagem ali, mas relacionam isso a diversos outros fatores, como: sala muito numerosa, falta de materiais, falta de base para compreender o conteúdo abordado e a descrença de que se pode aprender o conteúdo referente à língua inglesa. A intervenção do autor se deu a nível tanto de mediador das relações interpessoais, como também como professor.

Os alunos eram considerados a “turma problema” da escola e a indisciplina foi apontada pelos próprios como o principal fator que dificultava a aprendizagem para eles. Lima (2012) utilizou então como estratégia, o diálogo entre os próprios alunos para que sugerissem ideias de atividades para tornar as aulas de inglês mais dinâmicas e atrativas. Então, foram sugeridos: músicas, vídeos, jogos, atividades lúdicas e leituras de textos. O professor implementou nos planos de aula as sugestões dos alunos e ao final de cada aula, distribuía fichas que funcionavam como feedbacks das aulas, ou seja, qual a opinião dos alunos sobre a metodologia utilizada.

Com as estratégias, os alunos passaram a se envolver mais nas aulas, o nível de indisciplina da turma, de modo geral, diminuiu, apesar de ainda permanecerem momentos

desarmoniosos e de falta de concentração, porém, o senso crítico dos alunos passou a ser mais aguçado:

Alguns primeiros indícios de mudança foram aparecendo no reconhecimento de algumas experiências positivas, no mesmo contexto onde outrora afirmavam ser impossível aprender inglês. No entanto, isso não aconteceu de forma harmoniosa e imediata. (LIMA, 2012, p. 06).

Interessante notar como o professor utilizou os próprios momentos de desordem entre os alunos, não para punir ou focalizar indivíduos que devem servir como exemplos negativos para os demais (Foucault, 2013), mas sim para que refletissem e procurassem se organizar para que sua aprendizagem fosse facilitada:

Ao final [...] o grupo passou a se envolver mais com as atividades propostas. A bagunça, a indisciplina ou as conversas paralelas não foram eliminadas totalmente, mas houve o espaço para que os alunos observassem como a própria indisciplina afetava o aproveitamento do grupo nas aulas de inglês. Afinal, em aulas que preconizam a interação entre alunos e professor, o silêncio não é necessariamente a maior prioridade ou objetivo. (LIMA, 2012, p. 07).

Podemos compreender através do exemplo vivenciado na turma de adolescentes da escola pública de Viçosa, que o caminho para um melhor envolvimento dos alunos nas atividades e na sua aprendizagem, se encontra principalmente naquele próprio contexto. A indisciplina é apenas mais um dos fatores que dificultam a aprendizagem, e está relacionada a diversos outros. É de fundamental importância ouvir os alunos e compreender que tipos de atividades funcionam melhor com a turma. Existem também diversos fatores externos que influenciam o ambiente da escola, como a falta de materiais, salas superlotadas e muitas horas de trabalho para os professores, porém a união entre alunos e professores é essencial para que ocorram mudanças de curto a médio prazo, vislumbrando um ambiente mais adequado para a aprendizagem:

A indisciplina, por exemplo, é um fator que pode ser modificado ali, no próprio ambiente sociocultural de aprendizagem, em ações conjuntas. Enquanto mudanças maiores não ocorrem nas macroestruturas, como a reformulação da carga horária da disciplina ou maiores subsídios para a formação dos professores atuantes na rede pública, os alunos podem começar com atitudes de mudança que estejam ao alcance deles. (LIMA, 2012, p. 10)

Outra experiência interessante, registrada no trabalho de Zanella e Reis (2008), ocorreu com uma turma de 3º ano do ensino fundamental, em uma escola federal de São Paulo. A dupla de psicólogas acompanhou a professora regente da turma em diversas observações e intervenções ao longo do processo. O problema em questão, se concentrava na dificuldade de

comunicação, em saber esperar a vez de ouvir e falar e respeitar o espaço e a fala dos outros colegas. Através de diversas observações na turma, foi constatado que:

Vários alunos levantavam a mão, mas o aluno que era ouvido pela professora, sem esperar sua vez de falar, tomava a palavra para si, levantando-se e falando mais alto, ou seja, impondo sua voz. A impressão geral era de que todos, alunos e professoras [...] queriam ser ouvidos, mas não se dispunham muito a ouvir o outro. (ZANELLA E REIS, 2008, p. 37).

As queixas da professora regente da turma, se remetiam principalmente à indisciplina dos alunos. As crianças queriam ter seu lugar de fala garantido, mas não conseguiam permitir e valorizar a fala dos outros colegas. Aquino (2003) intitula esse tipo de comportamento de “soberania do eu”, ou seja, a vontade do indivíduo prevalece sobre o bem-estar do grupo, o que é muito comum em salas de crianças da primeira fase do ensino fundamental:

Em sala de aula, todos querem falar ao mesmo tempo, até erguem a mão para solicitar a palavra, mas não esperam sua vez, tomam a palavra para si, levantando a voz, de modo que muitos falam ao mesmo tempo e ninguém se escuta. (ZANELLA E REIS, 2008, p. 40).

Podemos notar que, ao se levantar a mão para solicitar um lugar de fala, existe a compreensão de que é necessária a organização para existir uma comunicação satisfatória, porém, o impulso da ansiedade de querer falar acaba por prejudicar esse processo. O fato de ninguém se escutar comprova que, nesse contexto, a importância dada ao falar, sobrepõe-se totalmente ao escutar.

A intervenção se deu por meio de uma dinâmica com o grupo de alunos. A primeira etapa da dinâmica consistia em pedir para que os alunos observassem sua própria sala, caminhando em silêncio absoluto e que notassem algum aspecto do ambiente o qual não haviam dado importância ainda. Na segunda etapa os estudantes compartilharam a experiência vivida com todos os outros: “muitas vezes não se costuma enxergar o que está diante dos olhos, sendo necessário fazer esse exercício de estranhamento do vivido para poder ir além e ampliar as percepções.” (ZANELLA E REIS, 2008). Na terceira etapa, cada um construiu um cartão de identidade, com seu nome e com algo de que gostassem, como um animal, fruta, etc., que de certa forma os caracterizassem. A 4ª etapa era contemplada com a apresentação dos cartões de cada aluno perante a turma e a justificativa da escolha de cada um.

Após a análise das observações e aproximação da equipe de profissionais para com a turma em questão, nota-se que a questão da indisciplina na turma está relacionada não somente

aos alunos, mas sim na relação entre eles, a professora e a própria escola. Todos os agentes envolvidos nesse processo são coautores da indisciplina produzida no ambiente escolar:

Esse problema de comunicação não estava localizado neles e sim na relação entre eles e a professora - relações essas mediadas por uma lógica institucional que imprimia às práticas educativas a cisão entre saber/não saber, quem fala e quem escuta - também dependia dela agir de modo diferente para que mudanças realmente acontecessem. (ZANELLA E REIS, 2008, p. 41).

Essa intervenção mostra que o exercício da escuta, do diálogo, da valorização do saber do outro e a comunicação, são também construções. Quando a professora procurava repreender os alunos através de punições, isso talvez surtisse um efeito imediato, mas a longo prazo não demonstrava uma mudança de relacionamento satisfatória pela turma. Mas quando as regras são construídas no coletivo e os alunos refletem sobre o papel de cada um e o quanto é importante saber ouvir e saber de que maneira se colocar para falar, a relação entre eles e com a professora se torna facilitada. As principais mudanças notadas na turma, se deram nos momentos de correção de atividades, em que as falas passaram a ser mais organizadas e respeitadas.

Outro exemplo que algumas escolas adotam, é a Assembleia de Sala (AQUINO, 2003), que se trata de um espaço vivenciado e construído pelos próprios estudantes, que aborda assuntos considerados relevantes no contexto da escola, de forma semanal. Nesse sentido, os professores possuem um papel primordial de mediação e de organização da turma.

A assembleia deve ser dividida em três momentos: a preparação, que deve contar com a lista dos temas passíveis de discussão que serão sugeridos pelos próprios alunos e professores. Nesse momento, o professor deve, junto aos alunos, selecionar os temas de maior relevância ou de maior urgência. Provavelmente, os alunos sentirão dificuldades em conduzir os debates de forma organizada e autônoma, cabendo então ao professor auxiliá-los nesse processo, possibilitando, assim, um envolvimento geral. Segundo o autor Puig (2000, p. 30): “As escolas devem ser tomadas como ‘comunidades democráticas’, uma vez que se trata de um espaço social regido pelos critérios próprios dos sistemas democráticos, cuja expressão máxima seriam as assembleias de classe”.

O segundo passo da assembleia, deve ser o debate dos temas (AQUINO, 2003). Esse debate deve ser pautado no diálogo visando a objetividade na solução dos problemas propostos, de modo que a fala de todos seja garantida. Ao longo do processo do diálogo, deve-se busca-lo com qualidade:

[...]intervir ordenadamente e pedir a palavra, intervir sobre o tema tratado naquele momento, expor ideias pertinentes e com máxima qualidade, escutar os companheiros, recordar o que foi dito, buscar acordos construtivos e estar disposto a cumpri-los. (PUIG, 2000, p. 30).

O professor nesse processo deve possuir a capacidade de acolher a diversidade de opiniões, não deixar de lado o processo democrático que envolve a assembleia e garantir que todos possam ser ouvidos.

O objetivo do terceiro momento, a aplicação do que foi decidido através do debate, é: “fazer com que os acordos se traduzam e se cumpram no cotidiano da classe” (AQUINO, 2003). Portanto, é necessário que haja um envolvimento de toda a turma a fim de garantir a legitimidade da discussão proposta e de seus direitos enquanto participantes ativos no processo educativo. Isso envolve também relembrar de tempos em tempos o que foi decidido através de assembleia, para que não seja esquecido. A assembleia tem o objetivo e a função não apenas de solucionar os problemas que envolvem a indisciplina entre os alunos, mas possui também um caráter formativo em diversos aspectos:

No que concerne aos resultados formativos das assembleias de classe, Puig aponta as seguintes capacidades: colocar-se no lugar dos outros companheiros e imaginar como se sentem, expressar a opinião própria de forma respeitosa e compara-la com a dos demais, entender quais situações são problemáticas e comprometer-se com sua melhoria, ou defender uma postura pessoal oferecendo razões para tal. (PUIG, apud, AQUINO, p. 45, 2003).

Com certeza, a assembleia dos estudantes pode ser um passo importante para que estes sujeitos possam, em conjunto com os professores, gestores e toda a comunidade escolar, construir um espaço de diálogo e de elaborações de soluções para os problemas vivenciados na sala de aula e na escola, incluindo, entre estes, a indisciplina.

5 CONCLUSÃO

Com base nas informações expostas ao longo do trabalho, podemos chegar a algumas conclusões sobre os principais aspectos pesquisados: a indisciplina na escola, a disciplina e o poder. O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou um aprofundamento teórico sobre o funcionamento das instituições escolares e sobre como estas lidam com a indisciplina, cujas manifestações se apresentam de diversas maneiras e por motivos variados.

A partir dos apontamentos trazidos pela teoria foucaultiana, percebemos que a grande maioria das instituições de ensino, alicerçam suas práticas educativas sob o primado da disciplinarização do corpo, da mente e do desejo dos indivíduos que nela transitam. Tal empreitada por si só, contribui para gerar comportamentos indisciplinados, uma vez que os mecanismos de controle e as estratégias de dominação expõem o indisciplinado e o colocam como o centro da questão de forma pejorativa e negativa, em uma espécie de jogo de distração, fazendo do aluno o principal centro do problema educacional, negando a dimensão das práticas pedagógicas equivocadas e arbitrárias.

Ao enfatizar tal perspectiva, a escola desvia o foco de outras questões, que poderiam suscitar um debate mais propositivo acerca dos aspectos comportamentais e pedagógicos, como por exemplo: a necessidade de qualificar a participação dos estudantes em processos decisórios; a importância do debate em torno da diversidade e diferença que perpassa o ambiente escolar; as questões ligadas ao bullying e outras manifestações da violência na escola; sem falar nas questões relativas a dimensão política, a saber: desvio de verba pública; baixo salário dos professores; estruturas precárias de escolas, etc. Questões que merecem aprofundamentos em outros estudos.

Por outro lado, podemos também inferir que, por ocasião dessas práticas disciplinadoras, o aluno que não estiver sendo adestrado, controlado e obediente o suficiente, deve ser punido e treinado, para que se adeque aos padrões exigidos pela escola. O próprio fato de exacerbar o caráter das punições, desejo recorrente de muitos gestores e professores, instituem uma mensagem simbólica e prática, como ameaça aos demais.

Portanto, é necessário que possamos refletir também a respeito do aspecto prático da indisciplina no intuito de elaborarmos novas estratégias para coibir comportamentos demasiadamente transgressores. Nesse sentido, é fundamental investigarmos as motivações que regem tais comportamentos na escola, ao passo que possamos também ampliar as instâncias de participação desses estudantes que se insubordinam deliberadamente às regras. O desafio de fazer com que a sala de aula e a escola se constituam como um ambiente acolhedor está posto,

e certamente precisa envolver os alunos considerados indisciplinados para que estes tenham sua parcela de contribuição e participação efetiva na escola.

A expectativa que está por trás do comportamento dos alunos, muitas vezes faz com que o professor espere que todos se comportem da mesma maneira, que permaneçam em silêncio e que sejam obedientes até mesmo quando um comando não for necessariamente justo. Ou seja, para o professor, muitas vezes, o bom aluno é aquele que é quieto, enquadrando-se perfeitamente nas regras impostas, cuja sacralização de perfil pode dificultar perceber potencialidades naqueles considerados desviantes da norma padrão.

A disciplina, por sua vez, segundo Foucault, se constituiu como a principal estratégia de dominação da Modernidade aos dias atuais e está diluída em praticamente todas as instituições sociais. Na escola ela é requerida permanentemente e de forma quase ininterrupta, fazendo com que até mesmo os momentos aparentemente flexíveis sejam minuciosamente calculados. Em razão disso, há uma obsessão a respeito do comportamento dos alunos que faz com que os aspectos morais e comportamentais muitas vezes estejam à frente dos aspectos pedagógicos e cognitivos. A necessidade de disciplina viria, então, à frente do aprendizado dos conteúdos.

Porém, é necessário também que possamos refletir sobre outro lado da disciplina. Ela é de fundamental importância para que haja um ambiente propício para a aprendizagem e para que os estudantes possam também ser ouvidos, participar de forma organizada, se relacionarem de maneira saudável e para que o professor possa também trabalhar de maneira satisfatória.

A crítica que se faz presente neste trabalho e que se faz necessária é a de que o poder que é exercido nas instituições escolares, se coloca de maneira a impedir mudanças reais na forma como se institui a participação efetiva dos alunos. A docilidade e o controle buscam primeiro o obedecer, depois o aprender. O aluno precisa ser economicamente útil, precisa estar apto a servir no futuro para uma sociedade que coloca na escola uma espécie de fábrica de sujeitos prontos para servir ao mercado.

Não se trata, portanto, de uma exaltação à indisciplina, como se este fenômeno por si só trouxesse respostas para diversos problemas educacionais. É fundamental percebermos os alunos não como vítimas, mas como participantes ativos na construção dos processos educacionais. Assim, repensar a escola e suas práticas disciplinares se impõe como uma necessidade, uma vez que ela continua sendo o principal meio pelo qual a população tem acesso aos conhecimentos científicos compartilhados ao longo do tempo.

Verificamos que já existem iniciativas exitosas para qualificar a participação de toda a comunidade escolar nas demandas importantes, em especial os estudantes, com o intuito de construir e manter um ambiente escolar saudável, não livre de conflitos e contradições, mas como um espaço onde todas as questões que movem os sujeitos sejam discutidas e pensadas. Um lugar em que o aprendizado diário sobre o modo de vida democrático, seja um exercício prático e cotidiano.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

BANALETI, Sandra Maria Menin; DAMETTO, Jarbas. **Indisciplina no contexto escolar: causas, consequências e perspectivas de intervenção**. Revista de educação do IDEAU, Alto Uruguai, Vol. 10 - Nº 22, julho a dezembro – 2015.

CANDIOTTO, Cesar. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência**. Psicologia & Sociedade. n. 24. p. 18-24 (n. spe.), 2012.

CARVALHO, J. S. F. Os sentidos da (in)disciplina: regras e métodos como práticas sociais. In: AQUINO, J. G.(Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 129-138.

DE LA TAYLLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (og.). **Indisciplina na escola**. 11ª Ed. São Paulo: Summus, 1996, p. 9 – 24.

DE LIMA, Fernando Silvério. **Adolescentes, turma problema? Experiências em uma intervenção na escola pública**. Pesquisas em Discurso Pedagógico. Universidade Federal de Viçosa, 2012.

DE LIMA, Nádia; REZENDE, Alice. **O poder normativo das escolas e seu poder sobre os sujeitos**. São Paulo: Estilos da clínica. Vol. 18. N. 1. Abril, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 41. Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Áurea Maria. Indisciplina e violência: as ambiguidades dos conflitos na escola. In.: AQUINO, Julio. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996, p. p. 73 – 82.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 1988.

GUIRADO, Marlene. Poder Indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder. In.: AQUINO, Julio. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996, p. 57-72.

JUSTO, José Sterza. Escola no epicentro da crise social. In: LA TAYLLE, Yves de. (Org.). **Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor**. Porto Alegre: Mediação, 2010.p.23-54.

PIMENTA, Kedna Gomes, LOUZADA, Shênia Soraya Soares. A indisciplina na percepção de educadores e algumas possibilidades. Disponível em: 15

[http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/a_indisciplina_na_e_educadores_e_algumas_possibilidades .pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/a_indisciplina_na_e_educadores_e_algumas_possibilidades.pdf). Acesso em: 28 de março de 2018.

PRATA, Maria. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola:** uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 28, jan./abril de 2005.

PUIG, Josep. **Democracia e participação escolar.** São Paulo: Moderna, 2000.

REGO, Teresa Cristina R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise vygotskiana. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.). **Indisciplina na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. p.83-101.

REIS, Alice Casanova; ZANELLA, Andréia Vieira. **Indisciplina e intervenção psicológica em sala de aula:** relato de experiência. Cad. psicopedag. v.7 n.12 São Paulo: 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492008000100005>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

SALZTRAGER, Ricardo. **O sujeito entre a disciplina e o controle:** sobre as instituições de confinamento e os fenômenos de massa. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza: vol. 11, n. 3.